

# LINGUASAGEM

## PIGMALEÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Francine A. Reschke Notter<sup>1</sup>  
Gabriele Santana Maurina<sup>2</sup>  
Rafael de Souza Bento Fernandes<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo toma a obra *Pigmaleão* (2011) como mote para discussão sobre o preconceito linguístico, no que diz respeito, em especial, às contribuições da sociolinguística variacionista para a consolidação de uma *pedagogia da variação linguística*, expressão de Faraco (2004). Na obra literária, a personagem Eliza Doolittle passa por diversos momentos de ridicularização e humilhação perpetradas pelo professor de fonética, Sr. Higgins, por causa da maneira como fala. As ações do professor não são apenas fundadas em um profundo preconceito linguístico, mas também em julgamentos de valor que preconizam a superioridade de certas classes sociais sobre as outras, que possuem um ideal de correção linguístico inalcançável àqueles que não têm acesso à educação e aos bens culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pigmaleão; Variação linguística; Sociolinguística variacionista.

### ABSTRACT

This article explores the novel *Pygmalion* (2011) as a basis for discussion about linguistic prejudice, especially regarding the contributions of variationist sociolinguistics to the establishment of a *pedagogy of linguistic variation*, as described by Faraco (2004). In the novel, Eliza Doolittle experiences several moments of ridicule and humiliation perpetrated by the professor of phonetics, Mr. Higgins, because of how she speaks. The professor's actions are not only based on a deep linguistic prejudice but also on value judgments that advocate the superiority of certain social classes over others, which have an ideal of linguistic correctness that is unattainable for those who do not have access to education and cultural goods.

**KEYWORDS:** Pygmalion; Linguistic variation; Variationist sociolinguistics.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras pela UNIOESTE. Pós-graduanda em Ensino de Inglês pelo CEI - UFMG. Bacharel em Direito pela UFMT. E-mail: [francinenotter@outlook.com](mailto:francinenotter@outlook.com).

<sup>2</sup> Licenciada em Letras pela UNIOESTE. Professora da Educação Básica. E-mail: [gabriele.maurina135@gmail.com](mailto:gabriele.maurina135@gmail.com).

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Letras pela UFPR. Doutorado em Letras pela UEM, com período sanduíche (Edital PSDE-2016) no IEF da Universidade de Coimbra- PT. Professor adjunto da UNESPAR, campus de Paranaguá. E-mail: [rafaelsbfernandes@hotmail.com](mailto:rafaelsbfernandes@hotmail.com).

## Considerações iniciais

Este artigo tem como propósito discutir e problematizar a relação entre o preconceito linguístico e a norma-padrão, assim como questionar como podemos desmistificar a noção de superioridade de uma variedade linguística sobre as outras. Para tanto, analisamos a obra *Pigmaleão* (2011), de George Bernard Shaw, como forma de abordar a ideia de preconceito linguístico.

*Pigmaleão* é uma obra literária que gira em torno de um personagem que acredita que uma variedade linguística associada a classes sociais mais elevadas é superior ao falar mais popular de grupos com menor escolarização e menor acesso aos bens culturais. Dessa forma, no trabalho ora apresentado, em um primeiro momento, o livro atua como um paradigma analítico para introduzir o conceito de preconceito linguístico, a visão de que existe uma norma-padrão que representa a forma correta de se falar, e que tudo que se afasta da norma é *errado*.

Em um segundo momento, abordamos o conceito, segundo a sociolinguística variacionista, de que a língua é inerentemente heterogênea, e de que todos(as) falamos a partir de variações. Dessa forma, não existe um *bem falar*<sup>4</sup> que seja superior às demais variedades da língua. Para isso, valemo-nos de autores como Bagno (2007a, 2007b), para quem a gramática tradicional é o berço da noção de erro, Landivar Landa (2022) e Chamarelli Filho (2019), que criam paralelos entre a sociolinguística e a obra de Shaw. Além disso, observamos como a noção de superioridade da norma-padrão estabelece relações de poder dentro da língua, a partir de autores como Bagno (2007a, 2007b) e Gnerre (2009).

Em um terceiro momento, tratamos da proposta de que, para desmistificar o preconceito linguístico e trabalhar a atitude dos falantes, é necessária uma *pedagogia da variação linguística* que trate com êxito essas questões e reforce a noção de que os falantes não são monoestilísticos, conforme Bagno (2007a, 2007b), Carlos Alberto Faraco (2004), e Marques e Almeida Baronas (2015). Nesse contexto, compreendemos que combater o preconceito linguístico e desmistificar essa noção de superioridade de uma norma-padrão sobre as outras variedades linguísticas deve ser um dos objetivos da escola.

---

<sup>4</sup> Ao menos não no sentido linguístico. No aspecto social, há julgamentos de toda ordem, como a noção de correção da língua e superioridade de uma variedade linguística sobre as outras, que leva em conta valores sociais e elitistas.

## Pigmaleão e o preconceito linguístico

A obra de Bernard Shaw pode ser abordada por meio de diferentes perspectivas. Não apenas encontramos um exemplo contundente de preconceito linguístico da parte das personagens, como também podemos identificar outros aspectos presentes na obra, como: a) a noção de que existe uma norma-padrão superior, um falar conforme a gramática; b) a noção de que se pode aprender o próprio idioma a partir do zero, desconsiderando todo o conhecimento da própria língua adquirido pelo indivíduo desde a infância e c) o mito de ascensão social direta através do domínio da norma culta. Optamos por discutir as noções de *preconceito linguístico* e da *norma-padrão*.

*Pigmaleão* é uma peça do irlandês George Bernard Shaw escrita no começo do século XX. Seu enredo gira em torno de Eliza Doolittle, uma jovem florista que desperta o interesse de um proeminente professor de fonética, Sr. Higgins, por conta da forma como fala. Logo que se conhecem, o professor de fonética demonstra, na realidade, um verdadeiro desprezo pela variedade linguística usada por Eliza, referindo-se a ela como *inglês de sarjeta*<sup>5</sup>. Na sequência de eventos, o professor faz uma aposta com um amigo, Coronel Pickering, afirmando que poderia transformar Eliza em uma *dama* em seis meses, fazendo-a passar por uma nobre em uma recepção na Embaixada, simplesmente ensinando-a a falar *corretamente*. No contexto da peça, Landivar Landa (2022) argumenta que Shaw apresenta um cenário fictício em que o sotaque e o dialeto falado pelas pessoas são marcas de suas posições sociais e que, nesse sentido, seria possível ascender socialmente modificando a forma como uma pessoa fala e adotando um sotaque ou dialeto de maior prestígio.

Milton Chamarelli Filho (2018), em seu artigo *Pigmaleão e a Sociolinguística*, salienta que a noção demonstrada pelo professor Higgins de que a fala de Eliza era inferior, *vulgar* e *horrorosa*<sup>6</sup> nada mais é do que preconceito contra uma fala mais popular, e contra valores de uma classe social considerada inferior:

---

<sup>5</sup> A variedade linguística do inglês utilizada por Eliza Doolittle é chamada de *cockney*. Aqui vale uma menção com relação à escolha que o tradutor fez com relação à representação da variedade falada por Eliza. O falar *cockney* foi traduzido como um português estigmatizado, que serve como símbolo da falta de escolarização e da origem pobre da personagem. Para exemplificar, podemos observar a tradução da fala da personagem na seguinte passagem: “Tenho direito di vende minhas fror onde quizé, a num sê na carçada. Eu só uma moça direita. Só farlei pra êli compra uma fror di mim” (Shaw, 2011, p. 19).

<sup>6</sup> Ao contemplar a aposta de Pickering, Sr. Higgins se refere à fala de Eliza com “Tão deliciosamente vulgar – tão horrorosamente porca...” (Shaw, 2011, p. 41).

A opção por transformar a fala da florista traz consigo, além da mera aposta feita entre o professor de fonética e o coronel Pickering, o preconceito contra uma fala mais prosaica porque a ela estão associados os valores de uma classe social que não domina a forma culta. Por isso, para os mentores da aposta há uma espécie de déficit entre o que consideram uma forma ideal, aristocrática, e a maneira popular de falar (Chamarelli Filho, 2018, p. 3).

Assim, um dos aspectos mais proeminentes da peça é o preconceito direcionado à Eliza, tanto pela sua fala, quanto pela sua condição social. Esse preconceito deriva, dessa forma, de uma noção de superioridade social e linguística que parte, especialmente, do Sr. Higgins. Não apenas o professor objetiva corrigir a fala da florista, mas também remover dela tudo que ele considera inferior e sujo. Ao decidir treinar a moça, Sr. Higgins ordena que sua governanta dê um banho em Eliza: “Leve-a daqui, madame Pearce, e dê-lhe um bom banho. Com soda cáustica, se a sujeira não sair de outra maneira” (Shaw, 2011, p. 42). Chamarelli Filho (2018, p. 7) comenta essa passagem frisando que: “simbolicamente, o banho é uma marca da aquisição dos novos valores de classe. Nele são ‘lavados’ não apenas a sua origem social, mas também tudo que está implicado na sua procedência, inclusive, os aspectos da sua linguagem, considerada inferior”.

Como mencionamos anteriormente, a peça foi escrita no começo do século XX. Ela apresenta o dialeto inglês chamado *cockney*, que se opõe ao inglês que é considerado padrão (conhecido como *Inglês da Rainha* ou *Standard English*). Essa variedade do inglês (o *cockney*), portanto, é uma forma considerada não-culta, utilizada por aqueles que possuem um menor grau de escolarização. Landivar Landa (2022) menciona que falar sobre a peça de Shaw é inevitável quando se aborda atitudes linguísticas com relação à dialetos e sotaques na Inglaterra. Outro aspecto é que Pigmaleão realiza uma representação de como a atitude linguística influencia a identidade de quem fala, tal como acontece com a florista. Segundo a autora, Eliza possui um forte sotaque *cockney*, o qual é extremamente mal visto pelo sr. Higgins. Levando em consideração que a forma que uma pessoa fala tem relação com a sua origem e *background*, ela é fortemente relevante para a construção de sua identidade (Landivar Landa, 2022).

A autora argumenta que o preconceito associado a algumas formas de falar pode levar as pessoas a desenvolverem percepções sobre a inteligência e outras virtudes de quem fala. Isso pode ser verificado na obra, a partir da atitude do professor de fonética diante da fala da florista:

Uma pessoa que emite sons tão desagradáveis e deprimentes não tem direito de estar aqui nem em lugar nenhum - não tem direito de viver. Lembre-se que você é um ser humano que possui uma alma e a dádiva divina da fala articulada: que a sua língua nativa é a língua de Shakespeare, de Milton e da Bíblia (Shaw, 2011, p. 27).

Na peça, essa situação chega ao extremo na fala do professor direcionada à florista - “não tem direito de viver”. Essa visão é evidenciada, também, na fala de outros personagens. A governanta da casa do Sr. Higgins, ao introduzir a Eliza, quando esta visita a residência do professor de fonética, se refere à moça da seguinte forma: “Uma jovem deseja ver o senhor(...) Uma coisa verdadeiramente horrorosa, para meu ouvido. O que significa que o senhor vai achar maravilhoso” (Shaw, 2011, p. 35-36). Nessa visita, Eliza pede ao professor que lhe ensine a falar corretamente. A governanta, nesse contexto, diz à Eliza: “Como é que uma moça tola e ignorante como você acha que pode pagar o professor Higgins” (Shaw, 2011, p. 38). O fato mais relevante dessa interação é que a governanta não conhecia a florista anteriormente, mas realizou um juízo de valor momentâneo e negativo com relação à Eliza unicamente em função da sua forma de falar.

Dessa forma, ao longo da obra são apresentados o preconceito e as atitudes dos personagens com relação à variedade do inglês falada por Eliza Doolittle, que ultrapassam os aspectos linguísticos. A peça envolve uma variedade do inglês e se passa na Londres do século XX. A pergunta que surge é: *o que isso tem a ver com o português no século XXI?*

## O belo e o feio na língua

Guardadas as devidas proporções, podemos traçar um paralelo entre o preconceito direcionado à fala de Eliza Doolittle com o preconceito que encontramos no Brasil contra variantes desprestigiadas. Segundo Chamarelli Filho (2018, p. 10),

em uma sociedade estratificada, os valores, o comportamento e a linguagem são assimilados da classe que detém o maior prestígio social. Talvez não possamos fazer uma comparação exata entre as falas da florista de Earlscoat e a de uma florista atual. Ainda seria preciso fazer uma ressalva sobre a constituição da norma padrão no Brasil e a da Inglaterra, no sentido de que, como diz Cagliari, não temos aqui, uma norma padrão do Presidente, assim como naquele país encontramos o chamado “inglês da rainha”. Mas podemos deduzir que à medida que as falas são relacionadas ao status social dos falantes, elas espelharão as divisões sociais existentes. Nesse sentido, a fala da florista é diferente

daquilo que se considera aceito como padrão, como língua oficial, que orienta as práticas languageiras legitimadas.

Assim, argumentamos que *Pigmaleão* apresenta uma problemática atual, uma vez que associa uma variedade não-culta, de desprestígio, com uma classe social desprivilegiada; enfatiza o sentimento de preconceito (em especial do personagem professor Higgins) com relação a essa variedade e quem a fala; e demonstra a noção de superioridade, linguística e social, atrelada a essa conduta. É nesse sentido que podemos estabelecer uma analogia entre a obra e o preconceito linguístico que ainda perdura no Brasil no século XXI.

Dessa forma, ao realizarmos uma leitura crítica da obra de Bernard Shaw, é possível questionar, contrastar, relacionar os temas tratados no livro com as ideias discutidas pela sociolinguística variacionista. Além disso, *Pigmaleão* ainda pode ser uma ponte para discutirmos como se estabelecem as relações de poder associadas à língua. Quanto a esse ponto, Chamarelli Filho (2018, p. 10) ressalta que

uma parte da sociedade que ‘domina’ a língua, transforma-a em instrumento de poder, ou melhor, em seu instrumento de poder, ao privilegiar uma das suas variantes, e, ao descartar outras menos influentes politicamente ou menos reconhecidas, por motivos geralmente históricos e sociais

De onde advém essa noção de superioridade linguística e o consequente preconceito que dela deriva? Para introduzir a discussão a respeito de uma norma-padrão, é válido retomar outro aspecto presente no discurso do professor de fonética:

Higgins: Está percebendo a dificuldade?

Pickering: Não, especialmente. Qual é?

Higgins: Limpar a fala dela. A pronúncia deve ser o mais fácil. O duro vai ser ela falar gramática (Shaw, 2011, p. 46).

Nessa passagem, o Sr. Higgins esclarece ao seu amigo qual seria a maior dificuldade ao ensinar Eliza a se tornar uma dama. Podemos questionar: o que seria esse *falar gramática*? E ainda: existe um ideal de *falar gramática*<sup>7</sup> em português? O que seria a norma-padrão? Segundo Bagno (2007a), há uma ilusão de homogeneidade da língua.

<sup>7</sup> Aqui nos referimos à Gramática Tradicional.

Certos círculos da sociedade<sup>8</sup> consideram como *língua* apenas um grupo de pronúncias, regras gramaticais e palavras que são consideradas *certas*, que são o modelo ou ideal de *bem falar*, que configuram uma língua *bem-acabada* e que são parte constituinte de um *patrimônio cultural*. Por ser um patrimônio cultural, portanto, tal modelo de *língua*, na concepção dessas pessoas, deve ser protegido e “todas as inúmeras manifestações orais e escritas que se distanciam dessa língua ideal são como ervas daninhas que precisam ser arrancadas do jardim para que as flores continuem lindas e coloridas” (Bagno, 2007a, p. 37). Essa é a chamada *norma-padrão*, que permanece na constituição do senso-comum até hoje.

Essa ideia de língua, que configura um *padrão ideal*, encontrado em certas gramáticas normativas, pouco (ou nada) tem a ver com a realidade da fala das pessoas. A língua em uso, segundo a *sociolinguística variacionista*, é inerentemente heterogênea, está em um constante processo de desconstrução e reconstrução, é “múltipla, variável, instável” (Bagno, 2007a, p. 36), em direta oposição aos preceitos abstratos e não praticáveis da norma-padrão.

Assim, esse falar segundo a gramática normativa (como propõe o professor Higgins na peça), não configura uma das variedades linguísticas usadas efetivamente pelos(as) falantes em comunidade. e trata, na realidade, de uma construção sociocultural que atua como uma *lei linguística* que condena e exclui<sup>9</sup> os *infratores*. Aquilo que se desvia dos preceitos estabelecidos pela norma-padrão, portanto, passa a ser concebido como *erro*. De acordo com Bagno (2007a), a gramática tradicional pode ser considerada o *berço da noção de erro*. Segundo o autor, essa noção provém da elaboração das primeiras obras gramaticais do ocidente que levaram ao

desprezo pela língua falada e supervalorização da língua escrita e literária; depreciação das variedades não urbanas, não letradas, usadas por falantes excluídos das camadas sociais de prestígio (exclusão que atingia todas as mulheres); criação de um modelo idealizado de língua, distante da fala real contemporânea, baseado em opções já obsoletas (extraídas da literatura do passado) e transmitido apenas a um grupo

<sup>8</sup> De acordo com Bagno, essa noção de que a variação linguística é um defeito na língua a ser corrigido deriva da época dos filólogos de Alexandria, no Egito, no séc. III a.C, que admiravam a literatura do passado, e acreditavam que ela devia servir como modelo de expressão das pessoas cultas. Desde então, “as pessoas que vivem em sociedades com uma longa tradição escrita, com uma história literária de muitos séculos e um sistema educacional organizado se acostumaram a ter uma ideia de *língua* muito influenciada por todas essas instituições” (Bagno, 2007a, p. 35).

<sup>9</sup> “Assim, fica excluída do ‘bem falar’ a imensa maioria das pessoas – um tipo de exclusão que se perpetua em boa medida até a atualidade” (Bagno, 2007a, p. 69).

restrito de falantes, os que tinham acesso à escolarização formal (Bagno, 2007a, p. 69).

Quando tratamos da relação nada tranquila entre erro *versus* correção (linguística), encontramos as bases do *preconceito linguístico*. Em seu livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (2007b), Bagno reforça essa ideia, afirmando que o preconceito está ligado a essa *confusão* entre a gramática normativa e a língua. O preconceito se fundamenta na ideia de que só existe *uma* língua portuguesa “que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários” (Bagno, 2007b, p. 40). Aquilo que escapa dessa tríade é considerado pela perspectiva do preconceito linguístico como errado, feio (em contraste com o bem falar) e, não raro, é visto como se não fosse português. Para o autor, é papel da escola - e de todos os(as) atores(atrizes) envolvidos no processo de ensino-aprendizagem - lutar contra o preconceito linguístico, e trabalhar na construção do respeito às diferenças:

(...) É muito comum considerar as variedades linguísticas de *menor prestígio* como inferiores ou erradas. O problema do preconceito linguístico disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita (...) (Bagno, 2007a, p. 27).

É válido ressaltar, além da compreensão de que ninguém se comunica através da norma-padrão, que nenhum indivíduo falante de uma língua se encaixa unicamente em um estilo: todos(as) variam entre falares mais ou menos monitorados, de acordo com a situação em que se encontram. Ou seja, todos(as) falamos por meio de variações linguísticas. Afinal, do ponto de vista científico, falantes *nativos* são incapazes de cometer erros de português:

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar (Bagno, 2007b, p. 124).

Em última análise, a gramática tradicional passou a ser um instrumento de poder e de controle, e a língua se tornou dependente e vinculada a tal gramática. Surgiram,

então, como já tratado (i) um certo ideal de que a fala, segundo a gramática normativa, é correta, é o bem falar, e (ii) a ideia de que os falares que se afastam dessa norma-padrão “não são português”, são consideradas variedades desprestigiadas, incultas<sup>10</sup>, comumente estigmatizadas por veículos midiáticos e outros meios. Bagno (2007b) reitera essa perspectiva: “os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma ‘heresia’” (Bagno, 2007b, p. 64).

Esses dogmas e cânones estão instituídos *não apenas* para demonstrar o que é *belo* ou *feio* na língua, mas, principalmente, de acordo com Bagno, como mecanismos de poder usados para o controle social.. A língua é, portanto, um meio de “manutenção ou ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou de exclusão” (Bagno, 2007a, p. 83). Para o autor, portanto, a língua não é um simples meio de comunicação:

Existe um mito ingênuo de que a linguagem humana tem a finalidade de “comunicar”, de “transmitir ideias” — mito que as modernas correntes da linguística vêm tratando de demolir, provando que a linguagem é muitas vezes um poderoso instrumento de ocultação da verdade, de manipulação do outro, de controle, de intimidação, de opressão, de emudecimento (Bagno, 2007b, p. 132).

A norma-padrão, dessa forma, não apenas fomenta o preconceito linguístico, mas também serve como meio de privar camadas sociais de certos conteúdos, que, para sua compreensão, necessitam de referentes inacessíveis para aqueles que são menos escolarizados e possuem menos acesso aos bens culturais. Nesse mesmo sentido, Maurizio Gnerre argumenta, em seu livro *Linguagem, Escrita e Poder* (2009), que “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso” (Gnerre, 2009, p. 22) para bloquear o acesso ao poder. Segundo o autor, são inseridos na norma-padrão conteúdos ideológicos que beneficiam “grupos de iniciados que sabem qual é o referente conceitual de determinadas palavras” e asseguram “que as grandes massas, apesar de familiarizadas com as formas das palavras, fiquem, na realidade, privadas do conteúdo associado” (Gnerre, 2009, p. 20). Existe, portanto, subjacente à ideia de superioridade linguística e da noção de correção, um aparato que se vale da norma-padrão como instrumento de controle, como proposto acima e na obra de Bernard Shaw.

---

<sup>10</sup> A noção de norma culta presume a ideia de que existem variedades incultas. Não há grupo humano sem cultura (Bagno, 2007a, p.105).

Bagno (2007b) observa que somente será possível acabar com o preconceito linguístico através de uma

transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização (Bagno, 2007b, p. 139).

### **Desmitificação da norma padrão como lei**

Cabe-nos questionar como pode ocorrer essa mudança de atitude perante a língua, e que papel a escola pode assumir na desmistificação da superioridade da norma padrão e do preconceito linguístico. Para tanto, é importante diferenciar norma-padrão e norma culta. Segundo Faraco, a norma-padrão não se trata de um dialeto, ou uma variedade linguística usada por grupos de falantes. Ela é, na verdade, um *construto idealizado* de uma língua ideal. Diferentemente, as variedades cultas “são manifestações do uso vivo (normal) da língua” (Faraco, 2004, p. 5). Essa designação, de norma culta, é aplicada a variedades de fala em contextos mais monitorados usados em centros sociais urbanos e, segundo Faraco (2004), que estão na parte mais alta da hierarquia econômica, consequentemente com maior acesso à educação e bens culturais.

Bagno (2007a), citando Faraco (2002), explica que a expressão *norma culta* é, de modo geral, ambígua e carregada de julgamentos de valor. Sem a devida ressalva, pode-se entender que qualificar uma norma como culta contrasta com outras normas tidas como *incultas* presentes na sociedade. Essas normas *incultas* seriam faladas por grupos *desprovidos de cultura*, que são taxados como se não soubessem falar, como se falassem errado, como se fossem ignorantes. Algo que fere o princípio antropológico segundo o qual não existe um grupo humano sem cultura. Assim,

a expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social (Faraco, 2002, *apud* Bagno, 2007a, p. 105).

De acordo com Marques e Almeida Baronas (2015), o preconceito linguístico se relaciona com a atitude negativa dos falantes com relação a variedades não cultas da

própria língua, conforme suas crenças e juízos de valor. Dessa forma, avaliam as variedades de prestígio positivamente, e demonstram preconceito com as outras variedades ditas desprestigiadas e estigmatizadas. Em partes, essa é uma atitude aprendida na escola. As autoras, citando Camacho (2006), explicam que a maneira que a língua é ensinada já apresenta esse julgamento: a variação linguística é vista como um desvio da norma culta. Elas reafirmam essa posição: “convém destacar que a atitude de condenar qualquer uso não purista ou normativo vem prejudicando o ensino, considerando que a norma-padrão se tornou fator de exclusão social e discriminação linguística” (Marques; Almeida Baronas, 2015, p. 289).

Faraco (2004) examina o problema e identifica que a questão do preconceito linguístico se relaciona com a forma que a sociedade trata a diversidade. Apesar de o tema da variação ter sido incorporado pelo discurso pedagógico, para o autor, a abordagem pedagógica ainda não é adequada. Nesse mesmo sentido, Marques e Almeida Baronas (2015, p. 295) salientam que isso se dá “talvez porque não tenhamos ainda, como sociedade, discutido suficientemente no espaço público, nossa heterogênea realidade linguística, nem a violência simbólica que a atravessa”. Faraco (2004) ressalta que, nos livros didáticos, a *cultura do erro* ainda é o *pano de fundo* quando se aborda a temática da variação linguística.

Uma forma de reverter essa noção de erro *versus* correção, e construir uma pedagogia da variação linguística que realmente lide com a atitude dos falantes e desmistifique o preconceito, seria reforçar a ideia de que os falantes não são monoestilísticos. Faraco (2004) defende que os falantes possuem o domínio de mais de uma norma, e são capazes de alterar sua forma de falar para se adequar a diferentes atividades e meios em que se encontram.

Assim, o papel da escola seria ensinar a Língua Portuguesa de forma que inclua a noção de que a língua é um conjunto de variedades linguísticas, e que cada variedade

tem sua situação adequada de uso, não privilegiando somente a norma-padrão. Ao abordar a variação de tal forma, evita-se o estímulo do preconceito linguístico, pois os alunos seriam capazes de compreender os diversos usos linguísticos adequados e diferentes situações (Marques; Almeida Baronas, 2015, p. 295).

Dessa forma, não se trata de ensinar ao aluno como *falar certo* segundo a norma-padrão, mas sim, permitir que ele tenha acesso a variedades cultas para mobilizar a

linguagem de acordo com o contexto de produção e o endereçamento na cena interlocutiva, ampliando, assim, o escopo de seu repertório comunicativo.

Outra forma de desconstruir o preconceito linguístico, segundo Bagno, é através da conscientização dos alunos de que a “língua é usada como elemento de promoção social e também de repressão e discriminação” (Bagno, 2007a, p.84), e comparar os diferentes tipos de preconceito com o preconceito linguístico, apresentando “argumentos bem fundados e alertar alunos e alunas contra suas próprias práticas de discriminação por meio da linguagem” (Bagno, 2007a, p.84). Além disso, a *reeducação sociolinguística* dos estudantes deriva, necessariamente, de uma reeducação dos professores – de forma que estejam aptos a trabalhar o respeito às diferenças e aos diferentes, e ir além, promovendo “o reconhecimento da diversidade linguística como uma riqueza da nossa cultura, da nossa sociedade, ao lado de outras diversidades culturais (...)” (Bagno, 2007a, p. 85).

É assim que podemos compreender que o fim do preconceito linguístico não se baseia em uma ação única, mas em um conjunto de práticas que passam pela desmistificação da norma-padrão como *lei* e modelo de *correção* linguística, até a sensibilização dos(as) alunos(as) de que as variedades linguísticas são o uso vivo da língua e de que todos falamos através delas – configurando, assim, uma pedagogia da variação linguística.

Enfim, o professor Higgins – metáfora para pessoas que, por falta de informação ou má fé, insistem em ridicularizar e humilhar as pessoas de acordo com o modo como falam - tem muito a aprender sobre as contribuições da sociolinguística variacionista na construção de uma pedagogia da variação e de uma sociedade mais igualitária.

### **Considerações finais**

Em *Pigmaleão*, Eliza Doolittle passa por diversos momentos de ridicularização e humilhação perpetradas pelo professor de fonética, Sr. Higgins, por causa da maneira como fala. As ações do professor não são apenas fundadas em um profundo preconceito linguístico, mas também em julgamentos de valor que preconizam a superioridade de certas classes sociais sobre as outras, que possuem um ideal de correção linguístico inalcançável àqueles que não têm acesso à educação e aos bens culturais. Conforme Chamarelli Filho (2018), essa noção de superioridade ainda se faz muito presente, mesmo que a peça tenha sido escrita há mais de um século.

Não nos foge a noção de que a literatura é um artefato cultural, uma perspectiva artística, mas podemos argumentar que ela é capaz de carregar um sentimento comum, que se ramifica - no nosso caso, dos princípios do século XX até o século XXI. O *preconceito linguístico*, a noção de *erro* e *correção* são como uma herança que transcende os anos e, no nosso século, ainda são temáticas atuais e pertinentes.

Objetivamos realizar um contraste entre as ações do professor Higgins na peça e as noções propostas pela sociolinguística variacionista, que nos demonstra que a língua é múltipla e heterogênea, que a norma-padrão é uma abstração, um ideal de correção pelo qual ninguém se comunica – mas que ainda exerce uma influência profunda de modo que tudo que se afasta dela é visto como *errado*, *feio*, *ignorante*. Nesse sentido, associados à língua estão diversos julgamentos de valor, tanto sociais quanto linguísticos, que manifestam seu poder excluindo, ridicularizando, estigmatizando tudo o que é diferente.

Por fim, encontramos na pedagogia da variação linguística diversas propostas que buscam desmistificar o ideal da norma-padrão e combater o preconceito linguístico. Assim como proposto por Bagno (2007a, 2007b), o fim do preconceito linguístico passa, necessariamente, por processos de mudanças sociais e pela conscientização de que nos comunicamos por variedades mais ou menos monitoradas. Essas transformações podem (e devem) começar na escola.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Nada na Língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. 1.ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007a.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007b.
- CHAMARELLI FILHO, M. Pigmalião e a Sociolinguística. **Communitas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 270-281, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1908>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- FARACO, Carlos Alberto. **Por uma pedagogia da variação linguística**. Ponta Grossa, p. 1 – 10, 2004.
- Gnerre, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LANDA, Nadia Landivar. **Attitudes towards accents in the United Kingdom: a sociophonetic analysis**. 2022.

MARQUES, Taciane Marcelle; ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine. Pedagogia da variação linguística: por uma abordagem heterogênea da língua a fim de minimizar o preconceito linguístico. **SIGNUM: Estud. Ling**, Londrina, n. 18/1, p. 283-308, jun. 2015.

SHAW, George Bernard. **Pigmaleão**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

**Como referenciar este artigo:**

NOTTER, Francine A. Reschke; MAURINA, Gabriele Santana; FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Pigmaleão e o preconceito linguístico: uma discussão acerca da pedagogia da variação linguística. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.48, n.1, p. 203-216, 2025.

*Submetido em: 20/06/2024*

*Aprovado em: 13/01/2025*